

**A EVOLUÇÃO DE CONCEITOS
ENTRE ÀS DECLARAÇÕES
DE SANTIAGO E DE CARACAS**
Texto 3

João Paulo MEDEIROS CONSTANCIA

A "nova museologia", alvo de inúmeras reflexões durante as últimas décadas, tem despertado atenções e ganho adeptos, não só entre museólogos e especialistas, mas também entre o cidadão comum que nas suas acções se vê envolvido.

Numa análise sumária, pretende-se traçar as linhas gerais da evolução conceptual relativa aos fundamentos propostos para a museologia, que desde a mesa redonda de Santiago do Chile, têm vindo a tomar a forma e a consistência de um corpo teórico.

Sem dúvida uma das primeiras reflexões no âmbito de uma mudança radical de atitudes nos museus, a Declaração de Santiago surge num contexto inequivocamente propício ao debate sobre a missão social dos Museus e sobre o seu papel num desenvolvimento integrado das comunidades. Não terá sido por acaso que esta declaração emerge de uma Mesa Redonda realizada em Santiago do Chile, no seio de uma América Latina conturbada, onde eram crescentes as injustiças sociais, os problemas económicos e humanos e onde não eram, de todo, respeitados os mais elementares princípios de liberdade e democracia.

A UNESCO, em 1972, incumbindo a Mesa Redonda de Santiago do Chile o tema "Papel do museu na América Latina de hoje", e demonstrando uma preocupação de interdisciplinaridade, fazendo reunir especialistas de vários domínios, procura uma avaliação da capacidade dos Museus em se adaptarem aos problemas postos pelo desenvolvimento da cultura social e económica, da América Latina de então. Este espírito iria reflectir-se, não só numa análise profunda do papel dos museus, como viria a traduzir-se num conjunto de recomendações concretas, visando uma mudança de atitudes nos Museus.

A preocupação de interdisciplinaridade demonstrada pela organização da Mesa Redonda, que constituiu, no dizer de Teruggi, uma inovação ao programa tradicional, procurou a formação de um grupo auto-gerador de motivações alimentadoras de discussão em torno do tema em causa. Este será por certo um dos factores circunstanciais da Mesa Redonda de Santiago que se reveste de importância fundamental. A consciência emergente de que a museologia deve ser encarada como uma ciência interdisciplinar, integradora de conhecimentos das mais variadas áreas, reflecte-se na profundidade da análise conseguida e nas recomendações propostas, claramente traduzidas na declaração final.

Assim, a Declaração de Santiago deixa transparecer uma reflexão de cariz sociológico, bem patente no enfoque dos problemas sociais, económicos e culturais da América Latina. De um

modo global, poder-se-à dizer que esta declaração se afirma como uma nítida rejeição à usual introspecção dos museus, mais característica de um coleccionismo individual mesquinho, e preconiza uma atitude de intervenção social que terá de ter em conta os desafios inerentes às grandes transformações mundiais, bem como os cenários produzidos por um desenvolvimento tecnológico acelerado, não acompanhado por um desenvolvimento cultural, principal responsável pelo desequilíbrio cultural e sócio-económico entre os países.

Fruto de uma profunda reflexão multidisciplinar, numa atmosfera de preocupação pelos problemas da América Latina, a Declaração de Santiago do Chile concretiza uma nova concepção de Museu - o Museu Integral. Este novo conceito assenta sob o postulado de que os Museus são instituições ao serviço da sociedade e que contêm elementos que lhes permitem ajudar a moldar a consciência das comunidades em que estão inseridos, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão, um futuro/vontade.

Assim, cortando radicalmente com a usual perspectiva histórica direccionada para o passado, é proposta uma reformulação do discurso museal, que, assente numa visão dinâmica da dimensão temporal, reverte o sentido do direccionamento dos museus, fazendo-os partir do passado e projectando-os no presente e no futuro. Nesta perspectiva os museus são enquadrados num processo de desenvolvimento das comunidades, constituindo-se como uma consciência colectiva, força motriz de uma evolução sustentada. Deste modo pretende-se que seja equacionada a problemática do homem enquanto indivíduo e do homem enquanto ente social, integrado e identificando cada um com o seu meio natural e humano.

Esta nova concepção assume para os museus uma função social que até então lhes era negada, e procura a sua adequação aos problemas e aspirações das comunidades, intervindo activamente no seu desenvolvimento. O museu passa a ser sede de preocupações pertinentes de um presente/realidade, onde os problemas ambientais, de saúde pública, de analfabetismo, de nutrição, de gestão dos recursos naturais, e tantos outros, irão constituir alvos privilegiados, norteadores da actuação/intervenção dos museus.

Estamos perante novos conceitos que não constituem, contudo, uma negação dos museus existentes, nem mesmo pretendem uma mudança teórico-operatória que constitua uma ruptura epistemológica fundamental com a museologia. Desta forma, continua subjacente aos novos conceitos a existência de objectos, ou num sentido mais amplo - um património colectivo, que por reformulação, adequação e actualização da museografia serão instrumentos privilegiados de intervenção. Uma negação do objecto, ou de um património museológico, consistiria no estabelecimento de uma ruptura tendente a originar um outro qualquer tipo de missão social. É requerida a desmistificação do objecto mas é aceite que sobre ele se edifica a museologia como ciência estruturada.

As novas correntes de pensamento da museologia, que aqui encontram os seus fundamentos de partida, tão somente pretendem que os museus assumam a sua função social e

que, fazendo uso de um discurso museal de intervenção, participem activamente no desenvolvimento das comunidades.

A "nova museologia", emergente das ideias geradas em Santiago do Chile, tem vindo a adquirir, não sem controvérsia, um corpo teórico e uma estruturação dos seus conceitos. Assim, tem-se assistido a uma evolução conceptual traduzida numa melhor definição de objectivos, de campos de acção e de meios.

Responsabilizados os museus pela sua função social, vêm alargados os seus horizontes, passando a considerar-se, em vez de um edifício um território, em vez de colecções um património colectivo, em vez de um público uma comunidade. O carácter de intervenção dos museus passa a pretender-se actuante, a nível do indivíduo e do colectivo, e é procurado através da participação e do envolvimento comunitário.

Nos últimos vinte anos testemunha-se a evolução do conceito de eco-museu e o surgimento de inúmeras reflexões de carácter teorizante que vão edificando a nova museologia. De acordo com René Rivard (1987) a nova museologia tenderá a constituir-se como meio de desenvolvimento de uma cultura crítica no indivíduo, através das culturas populares e das culturas eruditas inerentes a cada tipo de museu. Desta forma, o discurso da nova museologia, valorizando o saber individual, deverá incrementar o espírito crítico, moldando o indivíduo e tornando-o um ser menos vulnerável.

O papel do museólogo, neste novo contexto, será o de organizar o discurso museal, gerar formas de comunicação, promover a participação comunitária, avaliar as acções do museu. O discurso museal, entendido numa perspectiva alargada, englobará os vários aspectos de uma linguagem museográfica, bem como todo um conjunto de acções e programas. Este discurso, como um intuito de adequação aos problemas da comunidade e que tenderá a constituir-se em formas de comunicação permanentemente renovadas, será tão mais rico quanto maior for a sua capacidade de equacionar questões e promover a reflexão.

Duas décadas depois da reunião de Santiago do Chile, novamente na América Latina, a missão social dos museus volta a ser discutida, numa perspectiva semelhante. A declaração agora produzida, conhecida por Declaração de Caracas, reitera a validade dos postulados essenciais da Mesa Redonda de Santiago e reflecte, claramente, a evolução dos conceitos dela emergentes.

Assente na necessidade de que os museus Latino-americanos devem cumprir a sua missão social, a Declaração de Caracas, propõe também uma reflexão do papel dos museus, integrada numa análise social política e económica da América Latina. São levantados e actualizados os problemas inerentes ao mundo actual, como sejam o desequilíbrio profundo entre países, o desenvolvimento científico e tecnológico, a era das comunicações, o descalabro económico dos países em vias de desenvolvimento, as questões da cultura e do ensino... . A todos os desafios postos pelos problemas da actualidade, os museus devem saber estar atentos, adequar-se e dar resposta.

Assim, e continuando a considerar o museu como um agente privilegiado de desenvolvimento integral da Região, a Declaração de Caracas reflecte, incontestavelmente, muitos dos conceitos que nos últimos anos têm vindo a ser aceites pelas correntes de pensamento da Nova Museologia.

O museu é reafirmado como um domínio de intervenção, onde a comunidade, definida no espaço social do próprio museu, deve encontrar um lugar para se exprimir. Nesta declaração é bem patente a importância que têm sido dada à participação comunitária no discurso museal, e ao conceito de museu, como resultado da inter-relação de um espaço, de uma comunidade e de um património. É igualmente bem clara a reafirmação da necessidade dos museus serem promotores de uma consciência crítica na comunidade, tal como havia proposto Henri Rivard.

Em termos formais é aceite que os museus são poderosos meios de comunicação, bidireccionais, tendentes a tornar-se veículos de um processo interactivo onde não haja manipulações ou imposições de valores ou de sistemas de qualquer tipo. Neste sentido, o museu terá de ser capaz de um discurso museal de linguagem aberta, democrática e participativa. Só assim a mensagem poderá ser acessível, amplamente compreendida, e transformada em enriquecimento individual, conducente por sua vez, a uma transformação da sociedade.

Relativamente ao património museológico, peça em torno da qual se escreve o discurso museal, não restam dúvidas da sua importância. É defendido que o objecto, sem valor intrínseco, assume valores e significados nas várias linguagens culturais em que está inserido. Deste modo é valorizado o objecto e a sua circunstância. O inventário do património deverá continuar a ser um instrumento da sua gestão.

Nesta declaração são focados, com especial atenção os problemas relativos aos recursos humanos e à gestão e administração dos recursos materiais. Assume-se claramente que não podem ser descurados estes aspectos, indispensáveis à concretização dos objectivos. Esta visão pragmática é fundamental, numa perspectiva de adequação às condições sócio-económicas e na integração em questões de poder político.

Em face do exposto, pensa-se que a Declaração de Caracas pode ser vista como a tradução obrigatória de duas décadas de reflexão e de amadurecimento da museologia. Em todo o caso, esta declaração não é apenas um reflexo de uma evolução conceptual, mas constitui, também, para a museologia, uma notável contribuição em termos formais e operatórios.

BIBLIOGRAFIA

MINOM, 1991. Textos de Museologia. Jornadas sobre A Função Social do Museu. Cadernos do MINOM nº 1.

RIVARD, René. 1987. Museologie et Cultures. Communication au 4e Atelier International de la nouvelle muséologie (MINOM). Aragon (Espagne).

TERUGGI, Mário E. 19.. . La Table Ronde de Santiago Di CHILI. Rev. Museum. Paris.

UNESCO, 1973. Declaration of Santiago (Chile). Museum. Paris V 24 nº 3

UNESCO. 1972. Declaration de Caracas. Caracas.